

As dificuldades do Brasil na cruzada pela politização da dívida

por Tom Camargo
de Roma

A viagem do ministro Dilson Funaro aos Estados Unidos, cinco países da Europa e Japão (onde sua agenda, armada na última hora, prevê encontros nesta segunda e terça-feira) pode ser considerada um sucesso mas também um intrincado inventário das dificuldades que o Brasil enfrentará para levar a bom termo sua cruzada de politização da dívida externa e conseqüente minimização do papel desempenhado pelos credores particulares, que tanto quanto Brasília já demonstravam nítidos sinais de fadiga de reescalonamento.

O "tour" resulta num balanço positivo porque mesmo os interlocutores que se mostraram mais arredios à tese brasileira encaixaram a informação de que o Brasil não pretende manter saudáveis os balanços de seus emprestadores privados, à custa de se transformar num exportador líquido de capitais, subtraindo-se recursos indispensáveis para manter sua economia doméstica num nível de expansão capaz não apenas de atender às necessidades básicas da frente do emprego e da renda do trabalhador, mas também à base de sustentação política que permitirá ao governo José Sarney consolidar o processo de reentronização da democracia.

"Acima do processo econômico está o processo democrático", disse Funaro em Roma, explicando por que o Brasil renega agora o bom-mocismo com o qual brindou a comunidade financeira internacional nos anteriores processos de negociação.

Apesar de Funaro não ter obtido, e nem ter muita esperança de obter, um compromisso formal dos governos contatados no sentido de montar um fórum para discutir a dívida brasileira, pelo menos passou adiante o aviso de que se foi o tempo no qual os bancos privados eram os únicos a vocalizar suas preocupações e necessidades.

"O mundo tem de mudar", disse o ministro brasileiro num dos lapsos de grandiloqüência dos quais costuma ser vítima. "A culpa da crise da dívida não é, repito, não é, responsabilidade única dos devedores. Temos feito concessões enormes e as respostas são lentíssimas, a incompreensão a atitude mais comum. É fácil receber, dar é mais difícil", ele disse em Roma complementando uma resposta na qual brandira mais uma vez a estatística de que o Brasil desembolsou US\$ 24 bilhões em pagamentos nos últimos 24 meses, tendo recebido apenas US\$ 2 bilhões de recursos externos.

A missão de Funaro também pode ser dita feliz pois o terreno onde lançou suas sementes se encontra particularmente fértil. Tanto quanto o Brasil, a Europa e o Japão ressentem-se da agressiva disposição norteamericana de pôr sua própria casa em ordem à custa de seus principais parceiros.

Além das disputas comerciais e financeiras com Tóquio, Bonn e Paris, Washington tem insistido em manter uma já discutível hegemonia em frentes de negociação onde seu peso específico é menor do que aquele que a Casa Branca se outorga.

Um exemplo: ninguém desgostou da idéia de que o comitê assessor da dívida brasileira deve ser reorganizado, como Funaro propôs em Londres, de forma a representar melhor a importância de cada bloco de credores. Os norte-americanos têm 35% da dívida brasileira, mas 50% dos 14 membros do comitê assessor, o que Funaro sublinhou ser "injusto para com os europeus e japoneses".

Comentou em Londres um banqueiro inglês: "Este é um assunto para nós, bancos, discutirmos, mas o Funaro tem sem dúvida um bom argumento". Essa cunha enfiada no campo adversário foi secundada por uma massa de informações objetivas sobre aquilo que o Brasil pretende, em grandes linhas, para poder tocar em paz seus negócios

internos, sem voltar a cada dez, doze meses, para a mesa de negociação internacional.

Funaro explicou à exaustão que o Brasil quer pagar o que deve, mas que não pode fazê-lo "à custa da fome de seu povo (...) precisamos de tempo, precisamos manter dentro do País uma parte dos superávits comerciais que continuaremos a gerar (...) o Brasil não pretende afrontar o sistema financeiro e comercial do mundo ocidental (...) queremos regras que nos façam um parceiro sólido".

"Ninguém pode negar que o Brasil tem uma excelente linha de argumentação", disse a este jornal um funcionário graduado do governo francês, na última sexta-feira.

Apenas nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha a recepção a Funaro foi claramente fria. Nigel Lawson, o ministro do Tesouro britânico, não teve coragem de dizer a Funaro, no "tête-à-tête", que a ortodoxia thatcherista continua a insistir em que o Brasil primeiro resolva sua pendência com os credores privados para depois se empenhar numa cruzada que altere regras do "status quo" internacional.

Também não disse que ir ao Fundo Monetário Internacional seria algo que ajudaria a resolver sua crise externa. Mas, através de um porta-voz, fez saber que esta era sua posição, o que provocou uma genuína reação de indignação de Funaro, "pois ele não disse nada disso na conversa".

Como o ministro brasileiro jamais disse que pretende deixar os bancos de lado, comentários, como um feito por herr Gerhard Stoltenberg, ministro das Finanças alemão — "o primeiro interlocutor do Brasil devem ser os bancos" —, acabaram entrando no escaninho dos truísmos. "Respeitamos os bancos e queremos que eles nos respeitem, é só isso", comentou Funaro mais de uma vez.

A menção de que o Brasil precisa de um "coerente e corajoso" programa de ajustamento doméstico foi sempre rebatida com a observação de que tem sido o respeito a acordos prévios de reescalonamento, que implicam a exportação da totalidade dos superávits comerciais, o responsável por parte ponderável dos desajustes internos.

Na imprensa européia, vozes abalizadas têm dito que o Brasil está certo. "Cada dólar que o Brasil tiver cortado do serviço de sua dívida será usado para importações capazes de manter a economia brasileira moderna e competitiva. Isto significa comprar equipamentos e matérias-primas nos países credores, isto significa negócios de financiamento para os bancos (...) se a pressão para que o Brasil faça superávits comerciais enormes para pagar a dívida persistir, é impossível ver um fim para a tensão comercial com um país vulnerável como os Estados Unidos (...) o superávit do Brasil é o déficit dos Estados Unidos, é também parte de seu desemprego (...) que o Brasil exporte, mas que também possa importar com os recursos que apurou, esta deve ser a regra do jogo (...) é difícil ver como se possa refutar a tese brasileira de que a crise da dívida é tanto política quanto um fenômeno financeiro", dizem excertos compilados de artigos publicados por comentaristas influentes em jornais de prestígio, como o Financial Times e The Observer.

Mas tanto quanto governos, comentaristas da imprensa e observadores independentes ressaltam que é a falta de pelo menos um núcleo de idéias e propostas concretas por parte do Brasil que está tornando sua posição vulnerável e abrindo uma brecha "por onde tudo cairá no vácuo, mais uma vez", como disse em Roma um funcionário do Tesouro italiano.

Para o ministro Giovanni Goria, seria necessário fazer correr em paralelo "as soluções realistas (isto é, que atendam às necessidades do sistema financeiro) e as soluções políticas".